

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.548 - RS (2019/0278069-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : BOA VISTA SERVICOS S.A
ADVOGADOS : CARLOS DAHLEM DA ROSA - RS021051
ADRIANA SANTOS DE SOUZA E OUTRO(S) - RS082118B
AGRAVADO : ERONITA URBANO DOS REIS
ADVOGADO : GIOVANI DA ROCHA FEIJÓ - RS075501

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (art. 1.042 do CPC/2015) interposto contra decisão (e-STJ fls. 176/181) que inadmitiu o recurso especial em virtude de: (a) incidência da Súmula n. 83/STJ e (b) impossibilidade de análise de matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 109):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO CREDITÍCIO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. DEVER DE NOTIFICAR. ART. 43, § 2º, DO CDC. Da exegese do art. 43, § 2º, do CDC, pode-se extrair que a prévia notificação ao consumidor, quanto à abertura de registro negativo em seu nome, é obrigatória, sendo que o descumprimento da norma pelo arquivista ou mantenedor do arquivo de consumo autoriza ao consumidor a busca pelo cancelamento e reparação pelos danos decorrentes do apontamento feito às avessas da lei.

CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. Hipótese em que a ré não logrou comprovar o envio da prévia notificação à autora, ônus que lhe competia, ex vi do art. 373, II, do CPC. Precedentes deste Tribunal.

DANO MORAL IN RE IPSA. CANCELAMENTO DO REGISTRO. Verificada a ausência de notificação, configurado está o danum in re ipsa.

Possibilidade de cancelamento do apontamento, conforme postulado, com a ressalva de que, cumprido o disposto no art. 43, § 2º, do CDC e, não impugnado o registro, nada impede que o réu proceda a novo cadastramento.

QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO. Em atenção aos parâmetros estabelecidos pela doutrina e jurisprudência pátrias para a fixação do montante indenizatório, atento às particularidades do caso concreto, o quantum de R\$ 1.000,00 (mil reais), acrescido de correção monetária e juros moratórios legais, se mostra razoável e proporcional. Sucumbência redimensionada.

APELAÇÃO PROVIDA.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 127/133).

No recurso especial (e-STJ fls. 137/150), com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente apontou negativa de vigência dos arts. 373, II, do CPC/2015 e 43, § 2º, do CDC, sustentando, em síntese, ter comunicado previamente à recorrida acerca da inscrição de seu nome no órgão de proteção ao crédito. Nesse contexto, discorreu sobre os fatos e sobre as provas colacionadas nos autos, notadamente quanto à notificação enviada.

Não foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fl. 174).

No agravo (e-STJ fls. 184/193), foram refutados os fundamentos da decisão

agravada e alegado o cumprimento de todos os requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 200/202).

É o relatório.

Decido.

Trata-se de ação de cancelamento de registro creditício cumulada com pedido de indenização por danos morais, tendo por fundamento a indevida inclusão do nome da parte autora em órgãos de proteção ao crédito sem a prévia notificação por parte do órgão arquivista.

O Tribunal de origem assim enfrentou a questão (e-STJ fls. 113/114):

CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. DANO IN RE IPSA. CANCELAMENTO DO REGISTRO. POSSIBILIDADE.

No caso sob comento, conforme se infere do documento acostado à fl. 16 dos autos, a parte autora comprovou a existência de 7 registros negativos em seu nome no banco de dados da ré.

A demandada, embora tenha divulgado o cadastramento, não se preocupou em juntar aos autos documentos aptos a comprovar o envio da prévia comunicação ao demandante, ônus que lhe competia, nos termos do art. 373, II, do CPC.

Isso porque, ainda que a requerida tenha comprovado que procedeu a notificação da consumidora acerca da inscrição do seu nome no rol de inadimplentes, não se desincumbiu do ônus de comprovar que as referidas notificações foram prévias aos registros creditícios.

A ré alega que as notificações foram prévias à inclusão do nome da autora no banco de dados. Contudo, sequer trouxe aos autos documento que comprove a data em que cada registro foi incluído em seu sistema.

Deste modo, não tendo a demandada comprovado o envio das notificações prévias sobre as anotações existentes em nome da demandante, têm-se como ilícitas tais inscrições, estando caracterizado o danum in re ipsa, o qual se presume, conforme as mais elementares regras da experiência comum, prescindindo de prova quanto à ocorrência de prejuízo concreto.

Ainda, plenamente possível o cancelamento dos registros efetuados independente da prévia notificação da consumidora, conforme postulado pela parte autora, com a ressalva de que, cumprida a determinação do art. 43, § 2º, do CDC e, não impugnada a anotação, nada impede que a ré proceda a novo cadastramento.

Dessa forma, impõe-se a reforma da sentença.

A modificação das conclusões do acórdão recorrido – quanto à falha na comunicação ao consumidor acerca da inscrição de seu nome no órgão de proteção ao crédito – demandaria o revolvimento de matéria de fato, providência vedada em recurso especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Ademais, no presente caso, a avaliação do êxito da autora ou da ré em comprovar suas alegações (art. 373 do CPC/2015) – ou seja, se o ônus de prova foi cumprido – demanda reexame fático-probatório, o que é inadmissível na via especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

Por fim, o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente e a demonstração do dissídio, mediante o exame das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do

Superior Tribunal de Justiça

CPC/1973).

No caso concreto, a recorrente apenas transcreveu trechos dos julgados supostamente divergentes, sem demonstrar a similitude fática e divergências decisórias. Ausente, portanto, o necessário cotejo analítico entre as teses adotadas.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, **MAJORO** os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator